

LÍNGUA PORTUGUESA, LETRAMENTO E DIVERSIDADE CULTURAL E(M) DISCURSO E DESAFIOS

Carolina Ravaneda Kovalczuk (PIBIC/CNPq/FA/Uem) e Profa. Dra. Ismara Eliane Vidal de Souza Tasso (Orientadora – ievstasso@gmail.com)

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área: Linguística e Subárea: teoria e análise linguística.

Palavras-chave: letramento escolar, educação indígena, multilinguismo.

Resumo:

Este projeto vincula-se ao Projeto *Discurso, Letramento e Proficiência em Regimes de (In)Visibilidades: Língua Portuguesa como Adicional e Estrangeira* (TASSO, 2014-2017-SGP-UEM) e ao Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM – GEDUEM CNPq, de natureza teórico-analítico. O presente projeto subsidiou-se sob os fundamentos teórico-metodológicos foucaultianos, em diálogo com os estudos sobre letramento. Tal investigação se deu devido à preocupação com as fragilidades apresentadas pelo grupo étnico, sendo este o seu objeto de estudo, uma vez que foi identificado, a partir de uma análise arqueogenealógica, que essa minoria é afetada em seu desempenho escolar. Dessa forma, o projeto buscou compreender, pelo viés linguístico-discursivo, pelos princípios do letramento escolar e dos documentos que legitimam as práticas educacionais dos ensinos médio e superior, o modo como os sujeitos indígenas realizam a leitura em língua portuguesa em contextos pré-acadêmicos e acadêmicos. Para tanto, constituíram o corpus de análise: documentos oficiais relativos à língua portuguesa no Brasil que norteiam a educação escolar indígena, os Parâmetros Curriculares Nacionais, visando a habilidade de leitura como formadora de identidade e cultura, bem como abrangente da sociointeracionalidade da língua, capaz de produzir efeitos de sentidos e comunicação quando trabalhada em conjunto ao processo de letramento escolar.

Introdução

Sabe-se que, no Brasil, a língua predominante é a Língua Portuguesa, sendo esta a Língua Materna e Oficial do país. Constitucionalmente, requer-se de todos os falantes brasileiros que sejam alfabetizados e, ainda, letrados nesse idioma. Porém, de acordo com Guimarães (2015), o território abrange mais de 200 línguas, incluindo as línguas indígenas e de imigração. Desse modo, cada grupo possui suas particularidades sociais, culturais e linguísticas, o que abarca as diversidades culturais. Dessa maneira, ao

identificar as fragilidades escolares desse determinado grupo em questão, atribuiu-se à língua como meio de uma ação social e como permeadora entre o sujeito indígena e as relações de poder estabelecidas no país. Assim, a preocupação com esse povo vem de momentos históricos acontecidos no período colonial, uma vez que foram estabelecidas divergências linguísticas entre a Língua Portuguesa e as Línguas de Cultura, faladas por esses sujeitos, ocasionando, dessa forma, a exclusão linguística dos indígenas e, conseqüentemente, a “domesticação” de uma cultura. Nessas condições, a formação identitária desses grupos é preterida da ordem do discurso do que se conforma como nacional, uma vez que a língua é reconhecida como um forte elemento da identificação do sujeito (LISS, 2011). Considerando o contexto multilíngue e, em contrapartida, a forte influência do monolinguismo no pertencimento linguístico dos sujeitos, a investigação contemplou os seguintes temas: a) políticas linguísticas pautada nos princípios dos Direitos Linguísticos; b) letramento escolar como possibilidade de inclusão por meio da língua nacional. Para tanto, buscamos compreender, pelo viés linguístico-discursivo, pelos princípios do letramento escolar e dos documentos que legitimam as práticas educacionais, como os sujeitos indígenas realizam a prática da leitura em língua portuguesa, em contexto pré-acadêmico e acadêmico.

Diante disso, a investigação se justifica pela necessidade de se problematizar o processo de inclusão do indígena, o qual traz consigo uma carga desafiadora, em especial, para com as línguas portuguesa e indígenas.

Revisão de Literatura

O sujeito indígena tem sido alvo de exclusão e preconceito desde o Brasil colonial, devido a sua diversidade linguística e cultural. Marcas desse processo histórico se mantêm até a contemporaneidade, deixando lacunas na formação escolar e identitária desses sujeitos. Diante disso, Liss (2011, p.27) afirma que

A ruptura que promove uma brusca transição do índio para o brasileiro foi historicamente constituída por meio de um processo minucioso do qual as políticas linguísticas têm participação fundamental por terem promovido, em várias circunstâncias, o apagamento da língua indígena, da cultura e por conseqüência o apagamento do próprio sujeito e da história que o constitui.

A partir dessa premissa, é destacado que o indivíduo em questão é centro do preconceito e distanciamento da cidadania, uma vez que é afastado da sua identidade e, por conseqüência, como diz a autora, promove o apagamento de sua língua, cultura e até mesmo do próprio sujeito. Contudo, acredita-se que a língua ainda é elo que conecta um povo, uma sociedade e

uma nação. Para tanto, Gonçalves (2012, p. 45) parte do pressuposto de que

A língua, por sua vez, é o elemento que viabiliza essa harmonia e que possibilita a coexistência da diversidade, uma vez que ela representa o elo que conecta pessoas e populações para a formação de uma comunidade nacional. Língua e cidadania constituem-se e, assim amalgamadas, forjam os estilos, os costumes, a cultura, e a política de uma nação.

Dado o caráter político e cultural da língua nacional, o letramento escolar é determinante na atuação cívica do sujeito indígena e, portanto, no processo de inclusão.

Resultados e Discussão

Para confirmar que a relação entre língua/letramento/leitura como capaz de estabelecer comunicações, bem como constitutivas de uma identidade, foi necessário recorrer a documentos oficiais que norteiam a educação indígena e a educação básica na esfera nacional. Para tanto, foi realizada a leitura crítica de documentos oficiais como: *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão* e dos *Parâmetros Curriculares Nacionais*, observação de documentos resultantes de Oficinas de Leitura e Produção Textual em Terras Indígenas e em Faxinal do Céu – Oficina Pré-Vestibular indígenas. A partir disso e com base na análise das redações do XVI Vestibular para os Povos Indígenas no Paraná e nas duas oficinas realizadas (2015 e 2016), constatamos que a habilidade de leitura é menos afetada pela experiência social do aluno/candidato indígena pela língua portuguesa e mais perceptível no letramento escolar do que as habilidades de escrita afetadas à semântica centrada na língua enquanto sistema morfossintático lexical.

Conclusões

Diante das fragilidades encontradas no meio escolar de um determinado grupo étnico, este projeto contemplou as políticas linguísticas e também o processo de letramento a fim de identificar as lacunas deixadas no processo de leitura, mas, ao mesmo tempo, pode percorrer trajetórias que revelaram a permanência e a insistência de uma força maior sobre a política do monolinguismo (norma culta + cultura escrita) que ainda governa as práticas linguísticas no ambiente escolar e acadêmico que impede e trava a reflexão sobre o próprio sistema educacional (em contexto multilíngue) ao ignorar o conceito de letramento entendido a partir de uma semântica centrada na língua enquanto um sistema morfossintático lexical. Nesse sentido, as redações materializam as falhas desse sistema, uma vez que a análise das produções escritas demonstram que os saberes sobre a produção de

sentidos pela língua, isto é, os saberes do campo discursivo (políticos, culturais e sociais) sobre a língua portuguesa se manifesta no comprometimento do domínio sobre o código. A experiência social do indígena em sua comunidade compromete a compreensão e o uso de pistas enunciativas que significam no texto e que estão presentes tanto no processo de leitura quanto no de escrita.

Agradecimentos

Primeiramente, a Deus, pois sem fé seria incapaz de acreditar em mim mesma; aos meus pais e a minha família que acreditou em mim quando me vi sem forças; ao CNPq pelo apoio à pesquisa; a minha orientadora, Prof^a Dra. Ismara Tasso, por realizar um sonho, por abrir as portas da pesquisa, por descortinar os caminhos das ciências, da busca dos dispositivos e instrumentos da pesquisa; à Raquel Fregadolli, pela parceria acadêmica, incentivo à pesquisa.

Referências

GUIMARÃES, E. Enunciação e política de línguas no Brasil. Estudos Sistêmico-funcionais: Desdobramentos e Interfaces, Santa Maria, p.47-53, jun. 2015.

GONÇALVES, R. F. C. R. **CIDADANIA, INCLUSÃO E BIOPOLÍTICA: A IDENTIDADE LINGUÍSTICA EM CONTRADIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS NO PARANÁ.** 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

LISS, M. **DIVERSIDADE CULTURAL, BILINGUISMO E POLÍTICA LINGUÍSTICA EM DISCURSOS ESCOLARES INDÍGENAS DO ESTADO DO PARANÁ: A IDENTIDADE EM GOVERNAMENTALIDADE.** 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

MARCUSCHI, L.A. **Cognição, linguagens e práticas interacionais.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. 176 p.

SECADI. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica: diversidade e inclusão.** Brasília: Universidade Federal de Goiás Centro Editorial e Gráfico, 2013. 482 p.